

SUMÁRIO

Capítulo I

DIREITO ELEITORAL: CONCEITO, FONTES E PRINCÍPIOS	19
1. Conceito, objeto e objetivos do Direito Eleitoral	19
2. As fontes do Direito Eleitoral	20
2.1. Constituição Federal de 1988	20
2.2. Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15/07/1965)	21
2.3. Lei das Eleições (Lei nº 9504/97).....	22
2.4. Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar nº 64/90).....	22
2.5. Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral	23
2.6. Consultas a TSE e TRES	24
3. Princípios do Direito Eleitoral	24
3.1. A distinção entre princípios e regras.....	24
3.2. Princípio da lisura das eleições	25
3.3. Princípio do aproveitamento do voto.....	26
3.4. Princípio da celeridade	27
3.5. Princípio da anualidade	28
3.6. Princípio da moralidade eleitoral e a Lei da Ficha Limpa.....	30
4. Jurisprudência selecionada	34

Capítulo II

ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL E DO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	43
1. Notas introdutórias	43
2. A Justiça Eleitoral: principais funções	44
2.1. Função jurisdicional da Justiça Eleitoral.....	45
2.2. Função executiva da Justiça Eleitoral	46
2.3. Função legislativa (normativa) da Justiça Eleitoral	48
2.4. Função consultiva da Justiça Eleitoral	48
3. Organização e competência da Justiça Eleitoral	49
3.1. O Tribunal Superior Eleitoral	50
3.2. Os tribunais regionais eleitorais	52
3.3. Os juízes eleitorais e a divisão geográfica da Justiça Eleitoral de primeira instância.....	53
3.4. As juntas eleitorais	55
4. O Ministério Público Eleitoral: princípios institucionais.....	56
4.1. Princípio da federalização	56
4.2. Princípio da delegação	56
4.3. Princípio da excepcionalidade	57
5. Organização e atribuições do Ministério Público Eleitoral.....	57
6. O exercício de atividade político-partidária por membros do Ministério Público	59
7. Jurisprudência Selecionada.....	60
8. Súmulas.....	61

Questões

CAPÍTULOS I E II.....	63
1. Questões com gabarito comentado	63
2. Questões de concurso	71
3. Questões elaboradas pelo autor	72
3.1. Simulado	72
3.2. Exercícios de memorização	74
4. Questões Discursivas	75
5. Gabaritos	77
5.1. Questões de concurso	77
5.2. Questões elaboradas pelo autor	77
5.2.1. Simulado.....	77
5.2.2. Exercícios de memorização.....	78

Capítulo III

ALISTAMENTO ELEITORAL, DOMICÍLIO ELEITORAL E DIREITOS POLÍTICOS.....	79
1. A capacidade política: conceito e noções preliminares.....	79
2. A aquisição da nacionalidade brasileira	80
3. O alistamento eleitoral e a gestão do cadastro eleitoral	82
3.1. Diferença entre alistamento, transferência, revisão e segunda via	88
3.2. Documentos necessários para o alistamento eleitoral	89
3.3. O alistamento eleitoral no Código Eleitoral: principais informações	91
4. O domicílio eleitoral	93
4.1. Transferência do domicílio eleitoral	94
5. Do título eleitoral	95
6. Do batimento de dados biográficos e de dados biométricos	96
7. Correção e revisão do eleitorado e procedimento revisional	98
8. Perda e suspensão dos direitos políticos	99
8.1. A suspensão dos direitos políticos por incapacidade civil absoluta e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15)	100
8.2. A suspensão dos direitos políticos em virtude de condenação criminal transitada em julgado	106
8.3. Suspensão dos direitos políticos por improbidade administrativa	107
8.4. Considerações finais.....	107
9. Jurisprudência Selecionada.....	108

Capítulo IV

CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE E CAUSAS DE INELEGIBILIDADE	111
1. Notas introdutórias: a distinção entre condições de elegibilidade e inelegibilidades	111
2. As condições de elegibilidade previstas na Constituição de 1988.....	113
3. As causas de inelegibilidade: Noções conceituais e classificação	115
4. Hipóteses de inelegibilidades previstas na Constituição Federal de 1988.....	116
4.1. Os inalistáveis e os analfabetos.....	116
4.2. A questão da reeleição para cargos executivos.....	117
4.3. A necessidade de desincompatibilização do presidente da república, governadores e prefeitos a fim de concorrerem a outros cargos	117
4.4. A questão da inelegibilidade reflexa prevista no § 7º do artigo 14 da CF/88....	119

5. Hipóteses de inelegibilidade previstas na Lei Complementar nº 64/90 e a Lei da Ficha Limpa.....	121
5.1. A “Lei da Ficha Limpa” (LC 135/10) e as alterações por ela propiciadas na Lei das Inelegibilidades (LC 64/90).....	121
5.2. Situações hipotéticas de inelegibilidades previstas na LC 64/90	126
5.2.1. A inelegibilidade dos inalistáveis, dos analfabetos e dos parlamentares com mandatos cassados	127
5.2.2. A inelegibilidade de governadores, prefeitos e seus vices por violação a dispositivo de Constituição Estadual, Lei Orgânica do DF ou de município.....	128
5.2.3. A inelegibilidade em virtude de condenação em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político	129
5.2.4. A inelegibilidade em virtude da prática de crimes (art. 1º, I, “e”, da LC 64/90)	129
5.2.5. A inelegibilidade em virtude de incompatibilidade ou indignidade do oficialato	130
5.2.6. A inelegibilidade em virtude de rejeição de contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas por irregularidade insanável e a Súmula nº 01 do TSE.....	130
5.2.7. As novas hipóteses de inelegibilidades instituídas pela Lei da Ficha Limpa: as alíneas “j” a “q” do inciso I do art. 1º da LC 64/90	132
6. A LC 64/90 e as previsões de prazos de desincompatibilização de titulares de determinados cargos ou funções como requisito para a disputa de mandatos eletivos	133
6.1. Situações em que o prazo de desincompatibilização exigido é de seis meses antes do pleito.....	134
6.2. Situações em que o prazo de desincompatibilização exigido é de quatro meses antes do pleito.....	135
6.3. Situações em que o prazo de desincompatibilização exigido é de três meses antes do pleito.....	135
7. Bloco de constitucionalidade e a questão da inconveniência de dispositivos da Lei da Ficha Limpa.....	136
8. Jurisprudência Seleccionada.....	142
9. Súmulas.....	146

Questões

CAPÍTULOS III E IV.....	149
1. Questões com gabarito comentado	149
2. Questões de concurso	156
3. Questões elaboradas pelo autor	158
3.1. Simulado	158
3.2. Exercícios de memorização	159
4. Questões Discursivas	160
5. Gabaritos	161
5.1. Questões de concurso	161
5.2. Questões elaboradas pelo autor	164
5.2.1. Simulado	164
5.2.2. Exercícios de memorização.....	164

Capítulo V

OS PARTIDOS POLÍTICOS.....	165
1. Introdução	165
2. Os partidos políticos na Constituição Federal de 1988	166
3. Os partidos políticos na Lei nº 9.096/95.....	168
3.1. Disposições preliminares	168
3.2. Da criação e do registro dos partidos políticos	169
3.3. Da fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos.....	172
3.4. O funcionamento parlamentar e a cláusula de barreira.....	175
3.5. Do programa e do estatuto dos partidos políticos.....	176
3.6. Responsabilidade civil e trabalhista dos órgãos partidários.....	176
3.7. Disciplina e fidelidade partidárias.....	177
3.8. Da filiação partidária.....	187
3.8.1. A Resolução TSE nº. 23.596/19 e a criação do Sistema FILIA	189
3.9. Das finanças e contabilidades dos partidos políticos	191
3.10. Do fundo partidário.....	195
3.11. Do acesso gratuito ao rádio e à TV.....	200
4. Jurisprudência Selecionada.....	203

Capítulo VI

SISTEMAS ELEITORAIS, CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS, COLIGAÇÕES E REGISTRO DE CANDIDATURAS	209
1. Introdução	209
2. Os sistemas eleitorais e as suas espécies.....	210
2.1. O sistema eleitoral majoritário	210
2.1.1. Os votos brancos e nulos e a questão da nulidade das eleições.....	211
2.2. O sistema eleitoral proporcional	212
2.3. A questão do voto distrital	214
2.4. O sistema eleitoral misto.....	214
3. A equação da reforma legislativa de 2017 e a engenharia dos sistemas eleitorais no Brasil: a fragmentação partidária como raiz.....	216
4. Das convenções para a escolha de candidatos a cargos eletivos	224
4.1. As espécies de convenções partidárias.....	225
4.2. As alterações na disciplina das convenções partidárias promovidas pela Lei nº 12.034/09.....	226
4.3. As convenções e a questão dos prazos de filiação partidária e domicílio eleitoral	227
4.4. A questão da candidatura nata	229
5. As coligações partidárias	229
6. A Lei 14.208/21 e a possibilidade de criação de federações partidárias	232
7. As fundações e institutos mantidos pelos partidos políticos	236
8. Do registro de candidatos.....	237
8.1. A questão do número máximo de candidatos a serem registrados por cada partido político ou coligação partidária	237
8.2. A questão do preenchimento mínimo de vagas para cada gênero	238
8.3. Documentos necessários para a promoção do registro de candidatura	239
8.4. A polêmica em torno do conceito de quitação eleitoral.....	241
8.5. A questão da obrigatoriedade de registro das propostas de candidatos a prefeito, governador e presidente da república	242

8.6.	O requerimento individual de candidatura	243
8.7.	O novo momento para a aferição das condições de elegibilidade e causas de inelegibilidade	243
8.8.	O registro <i>sub judice</i> de candidato impugnado e a teoria da “conta e risco”	244
8.9.	A situação de candidatos expulsos dos seus partidos políticos após o registro da candidatura	245
8.10.	Identificação numérica e variação nominal dos candidatos	245
8.11.	A substituição de candidatos após o término do prazo de registro de candidaturas	247
8.12.	A impugnação de registro de candidatura	248
Questões		
CAPÍTULOS V E VI.....		249
1.	Questões com gabarito comentado	249
2.	Questões de concurso	258
3.	Questões elaboradas pelo autor	260
3.1.	Simulado	260
3.2.	Exercícios de memorização	261
4.	Questões Discursivas	262
5.	Gabaritos	263
5.1.	Questões de concurso	263
5.2.	Questões elaboradas pelo autor	265
5.2.1.	Simulado	265
5.2.2.	Exercícios de memorização	265
CAPÍTULO VII		
PESQUISAS ELEITORAIS E PROPAGANDA POLÍTICA		267
1.	Notas introdutórias	267
2.	As pesquisas eleitorais	267
3.	A propaganda política	271
3.1.	Princípios da propaganda política	272
3.2.	As espécies de propaganda política	272
4.	Da propaganda eleitoral em geral	277
4.1.	O importante art. 37 da Lei das Eleições	277
4.2.	A propaganda eleitoral dos candidatos a vice e a suplentes de senador	280
4.3.	A distribuição de folhetos, volantes e outros impressos na campanha eleitoral	281
4.4.	A realização de comícios e showmícios e a utilização de alto-falantes, amplificadores de som e trios elétricos nas campanhas eleitorais	282
4.5.	As vedações à boca de urna e a questão da manifestação individual e silenciosa do eleitor no dia da eleição	283
4.6.	A vedação ao uso, na propaganda eleitoral, de símbolos, frases ou imagens associadas ou semelhantes às empregadas por órgãos de governo, empresas públicas ou sociedades de economia mista	285
4.7.	O artigo 41 da Lei nº 9.504/97 e o exercício do poder de polícia na propaganda eleitoral	285
4.8.	Propaganda política, pandemia e a Emenda Constitucional 107	286
5.	Da propaganda eleitoral mediante <i>outdoors</i>	290

6. Da propaganda eleitoral na imprensa escrita	290
7. Da propaganda eleitoral no rádio e na televisão.....	290
7.1. As vedações impostas pela legislação às emissoras de rádio e televisão durante o período eleitoral.....	291
7.2. Os debates eleitorais no rádio e na TV	292
7.3. O horário eleitoral gratuito	294
8. Da propaganda eleitoral na internet.....	297
9. Do direito de resposta.....	301
9.1. Direito de resposta em virtude de ofensa promovida na internet.....	303
9.2. Considerações finais sobre o direito de resposta	304
10. A representação por propaganda eleitoral irregular (art. 96 da Lei nº 9.504/97)	304
11. Quadro-resumo: o que pode e o que não pode na propaganda eleitoral.....	304
12. Jurisprudência Selecionada.....	308

CAPÍTULO VIII

ORGANIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES, ABUSO DE PODER, PRESTAÇÃO DE CONTAS E DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS

1. Notas introdutórias	313
2. Abuso de poder político e abuso de poder econômico	313
3. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais	316
3.1. Condutas vedadas previstas nos incisos I a IV do art. 73 da Lei das Eleições	316
3.2. As condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e o inciso V do art. 73 da Lei das Eleições.....	318
3.3. Condutas vedadas aos agentes públicos nos três meses anteriores ao pleito (art. 73, VI, da Lei das Eleições).....	319
3.4. Vedação à realização de despesas com publicidade que excedam a média de gastos	320
3.5. A questão da revisão geral da remuneração de servidores públicos em ano eleitoral	320
3.6. Consequências advindas do descumprimento das normas do artigo 73 da Lei das Eleições	321
3.7. O artigo 74 da Lei das Eleições e a possibilidade de cassação de diploma de candidato violador do artigo 37, § 1º, da Constituição Federal	321
3.8. A questão da vedação de contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos nos três meses que antecederem às eleições	322
3.9. A questão da presença de candidatos em inaugurações públicas.....	322
3.10. A representação por prática de conduta vedada prevista no art. 96 da Lei nº 9.504/97.....	323
4. Combate à violência política contra a mulher.....	323
5. Arrecadação de recursos e prestação de contas	324
5.1. A administração financeira das campanhas eleitorais.....	326
5.2. As doações realizadas para campanhas eleitorais.....	328
5.3. O Fundo Especial de Financiamento de Campanhas (FEFC).....	332
5.4. Receitas vedadas.....	335
5.5. Prestação de contas	335
5.6. A verificação da regularidade das contas pela Justiça Eleitoral	341
5.6.1. A representação do artigo 30-A da Lei nº 9.504/97	342
5.6.2. As sobras de campanhas eleitorais.....	343

6. A captação ilícita de sufrágio (art. 41-A da Lei das Eleições)	344
7. A questão do fornecimento gratuito de transporte e alimentação em dias de eleição	346
7.1. O transporte dos eleitores no dia da eleição	346
7.2. O oferecimento de refeições a eleitores no dia da eleição	347
8. A organização das seções eleitorais e das mesas receptoras de votos.....	347
8.1. A organização das seções eleitorais.....	347
8.2. A organização das mesas receptoras de votos.....	349
9. Do sistema eletrônico de votação e da totalização dos votos.....	350
9.1. O início e o encerramento da votação.	350
9.2. Documentos necessários à identificação do eleitor.....	351
9.3. O voto em separado e sua previsão no Código Eleitoral	352
9.4. A questão da impossibilidade de conclusão do procedimento de votação pelo eleitor.....	352
9.5. A questão do voto em trânsito	353
9.6. A votação por cédulas.....	354
9.7. As recentes reformas eleitorais e a adoção do voto impresso nas eleições ...	355
9.8. Nulidades na votação.....	358
9.9. Fiscalização e auditoria do sistema eletrônico de votação.....	361
10. Justificativa de não comparecimento à eleição.....	363
11. A fiscalização das eleições.....	365
12. A questão da contratação de cabos eleitorais durante a campanha	365
13. Garantias eleitorais	366
14. A apuração e a proclamação dos resultados.....	367
14.1. A apuração da votação por meio de cédulas	369
15. A diplomação e a posse dos eleitos	370
16. Jurisprudência Selecionada.....	371
Questões	
CAPÍTULOS VII E VIII	377
1. Questões com gabarito comentado	377
2. Questões de concurso	387
3. Questões elaboradas pelo autor	390
3.1. Simulado	390
3.2. Exercícios de memorização	390
4. Questões Discursivas	391
5. Gabaritos	391
5.1. Questões de concurso	391
5.2. Questões elaboradas pelo autor	393
5.2.1. Simulado.....	393
5.2.2. Exercícios de memorização.....	393
Capítulo IX	
AÇÕES E RECURSOS ELEITORAIS	395
1. Notas introdutórias	395
2. Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC)	395
2.1. Legitimidade ativa para a AIRC	395
2.2. Legitimidade passiva para a AIRC	396

2.3.	Prazo para a interposição da AIRC	397
2.4.	Competência para o processamento e julgamento da AIRC	397
2.5.	Procedimento da AIRC	397
3.	Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE)	399
3.1.	Legitimidade ativa e passiva para a AIJE	399
3.2.	Prazo para a interposição da AIJE	400
3.3.	Competência para o processamento e julgamento da AIJE	400
3.4.	Procedimento da AIJE	400
3.5.	Efeitos da procedência da AIJE	402
4.	Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME)	403
4.1.	Objeto e previsão constitucional da AIME	403
4.2.	Competência para o processamento de julgamento da AIME	404
4.3.	Legitimidade ativa e passiva para a AIME	404
4.4.	Procedimento adotado na AIME	404
4.5.	A questão da possibilidade de litispendência entre AIJE, AIME e RCD	405
5.	A representação do art. 96 da Lei nº 9.504/97	405
5.1.	Rito processual da representação prevista no art. 96 da Lei das Eleições	406
6.	Representação por Captação Ilícita de Sufrágio	407
7.	Representação para a apuração de arrecadação e gastos ilícitos (Captação ilícita de recursos: art. 30-A da Lei das Eleições)	408
8.	Recurso Contra a Diplomação (RCD)	409
8.1.	A legitimidade ativa e passiva para o RCD	411
8.2.	Algumas questões processuais referentes ao RCD	412
9.	Ação Rescisória Eleitoral	413
9.1.	Pressupostos da Ação Rescisória Eleitoral	413
9.2.	A questão da possibilidade de concessão de tutela antecipada em sede de ação rescisória eleitoral	414
10.	Teoria geral dos recursos eleitorais	414
11.	Os recursos eleitorais em espécie	417
11.1.	Recursos contra decisões de Junta Eleitoral	417
11.2.	Recursos contra decisões de juiz eleitoral	417
11.3.	Recursos contra decisões de Tribunal Regional Eleitoral	418
11.4.	Recursos contra decisões do Tribunal Superior Eleitoral	420
12.	A Lei 13.165/15 e as alterações promovidas na matéria processual eleitoral	420
13.	Breves considerações sobre a aplicação do CPC/2015 ao processo eleitoral	422

Capítulo X

PROCESSO PENAL ELEITORAL E CRIMES ELEITORAIS	429
1. Notas introdutórias	429
2. O processo penal eleitoral	429
2.1. A instauração do processo penal eleitoral e o inquérito policial eleitoral	430
2.2. A fase de conhecimento do processo penal eleitoral	431
2.3. Competência para o processamento e o julgamento dos crimes eleitorais	432
2.3.1. A competência em razão do lugar	432
2.3.2. A competência em razão do domicílio ou residência do réu	433
2.3.3. A competência em razão da matéria	433
2.3.4. A competência em razão da pessoa	433
2.3.5. As hipóteses de existência de conexão e continência	435

2.4. A revisão criminal eleitoral	437
3. Os crimes eleitorais	437
3.1. Dos crimes concernentes à formação do corpo eleitoral.....	439
3.2. Crimes eleitorais relativos à formação e funcionamento dos partidos políticos....	439
3.3. Os crimes eleitorais em matéria de inelegibilidade.....	439
3.4. Os crimes eleitorais concernentes à propaganda eleitoral	440
3.5. Os crimes relativos à votação	440
3.6. Crimes eleitorais pertinentes à garantia do resultado legítimo das eleições...	442
3.7. Crimes concernentes à organização e funcionamento dos serviços eleitorais ...	442
3.8. Crimes contra a fé pública eleitoral	442
3.9. Crime de denunciação caluniosa	443
Questões	
CAPÍTULOS IX E X.....	445
1. Questões com gabarito comentado	445
2. Questões de concurso	450
3. Questões elaboradas pelo autor	451
3.1. Simulado	451
3.2. Exercícios de memorização	452
4. Questões Discursivas	452
5. Gabaritos	453
5.1. Questões de concurso	453
5.2. Questões elaboradas pelo autor	454
5.2.1. Simulado.....	454
5.2.2. Exercícios de memorização.....	454
Anexo I	
RESOLUÇÃO 23.659/2021, DE 26 DE OUTUBRO DE 2021	455
Anexo II	
SÚMULAS DO STF, STJ E TSE	481
Anexo III	
TESES DE REPERCUSSÃO GERAL DO STF NO ÂMBITO DO DIREITO ELEITORAL	485
a) Princípios do direito eleitoral: princípio da anualidade	485
b) Ministério Público Eleitoral.....	485
c) Elegibilidade e inelegibilidade	485
Anexo IV	
RESOLUÇÃO Nº 23.478, DE 10 DE MAIO DE 2016	487
REFERÊNCIAS	491